



**A INCLUSÃO SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA:**  
estado da arte e notas para a formação de professores

Gabriela Sehnem Heck<sup>1</sup>  
José Luís Ferraro<sup>2</sup>

**RESUMO:**

Considerando a importância dos processos inclusivos na sociedade contemporânea, debater a temática da *Inclusão* sob a perspectiva crítica é essencial para que possamos eliminar algumas crenças e estigmas sobre a mesma no campo da educação. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma análise do discurso da *Inclusão* em sua indissociação em relação à exclusão. É a partir da *in/exclusão* como agenciamento produzido no interior da racionalidade neoliberal – e observado nos trabalhos selecionados –, que derivam algumas notas para a formação de professores, visando ampliar a percepção dos docentes sobre a *Inclusão* como dispositivo de governo.

**Palavras-chave:** Inclusão. Crítica. Biopolítica. Formação de professores.

**ABSTRACT:**

Considering the importance of inclusive processes in contemporary society, debating the theme of *Inclusion* from a critical perspective is essential to eliminate some beliefs and stigmas about it in the field of education. In this sense, the present work proposes an analysis of the discourse of *Inclusion* in its indissociation in relation to exclusion. It is from the *in/exclusion* as an agency produced within the neoliberal rationality – and observed in the selected papers –, that some notes for teachers training derive, aiming to broaden teachers' perception about *Inclusion* as a governance *dispositive*.

**Keywords:** Inclusion. Criticism. Biopolitics. Teachers training.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela PUCRS, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em ciências e Matemática (PUCRS), bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela PUCRS, professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) e Educação em Ciências e Matemática (PPGEDUCEM) da PUCRS.



## INTRODUÇÃO

Em seu texto intitulado *O que é a crítica?*, Michel Foucault (1990) nos apresenta uma noção peculiar de crítica ao subverter o título da obra de La Boétie (2015), tomando-a como o exercício da inservidão voluntária. Para Foucault, a crítica se materializa pelo exercício da insubmissão das subjetividades a um determinado discurso, convertendo-se – ao longo da história – em um importante disparador de contracondutas.

Assim, toda a crítica anuncia ou carrega consigo uma ideia de mudança, apresentando seu desejo de desconstrução. Uma atitude crítica consiste em falsear determinada discursividade, evidenciando que outros enunciados são possíveis. Dito de outro modo, também, a crítica é o movimento dos sujeitos para interrogar as relações de poder-saber pré-estabelecidas. Ao mesmo tempo em que apresenta um desconforto, é um meio para devir verdade; sua positividade é, portanto, uma negatividade. Nesse sentido, a crítica é o que abrirá caminho para uma verdade que não será por ela conhecida (FOUCAULT, 1990).

A crítica é a perspectiva escolhida por nós para questionarmos a percepção de *Inclusão* que, via de regra, surge como senso comum entre os professores e outros profissionais da educação básica. Ao percebermos a malha discursiva que se estabelece em torno desse conceito, é possível identificarmos não apenas a ingenuidade do discurso sobre ela – que conduz a práticas equivocadas e, portanto, ineficazes –, mas o tom salvacionista atribuído a um elemento que deve ser melhor observado para ser melhor compreendido.

Destarte, escolhemos as lentes de Michel Foucault e da biopolítica como moldura para evidenciar o outro lado da moeda. O discurso da *Inclusão* como forma de governo em sua indissociação da exclusão: temos, assim, o par inclusão/exclusão ou in/exclusão – proposto por Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2011) –, que será evidenciado também em outros trabalhos que compõem o estado da arte construído sob esta orientação crítica.



Nesse sentido, consideramos a relevância de conduzir a discussão para o campo da formação dos professores: exatamente no sentido de ressignificar as suas percepções sobre os processos inclusivos e sobre as verdades que estes dizem carregar. Esclarecer aquilo que ainda é obscuro pode contribuir para que, em sala de aula, estes docentes repensem suas práticas inclusivas não apenas a partir de suas próprias realidades, mas também em um nível sistêmico. É preciso que os docentes percebam a inclusão como um dispositivo de governo e seu funcionamento a partir de um modo específico de racionalidade: a racionalidade neoliberal.

É a partir dela que a inclusão passa a ser inserida no interior de um cálculo de custo: o que é mais barato, promover melhores condições na educação básica ou compensar a desigualdade por meio de programas sociais que visam incluir indivíduos no interior de uma normalidade planejada e, portanto, desejada? Os elementos de análise biopolítica apresentadas por Foucault em *Segurança, Território e População* (2008) – caso, risco, perigo e crise – serviriam perfeitamente para o (re)desenho de dispositivos de segurança relacionados à *Inclusão*, observada como um problema que deve ser gerido em nível de população.

Por outro lado, acreditamos que para os professores, a problematização das condições sociais contemporâneas é dificultada por uma espécie de visão limitada da realidade. É preciso que estes compreendam que a *Inclusão*, pensada tal qual ela está sendo, não resolverá o problema dos sujeitos que devem ser incluídos e, tampouco, da sociedade em termos de desaparecimento da desigualdade social. Primeiro, porque o projeto de produção de crises é o que mantém a justificativa da existência de uma sociedade neoliberal: o neoliberalismo se torna impossível se não há crise (DARDOT; LAVAL, 2019). Segundo, porque a condição de normalidade instaurada pela racionalidade neoliberal – e inspirada na *teoria do capital humano* idealizada por Theodor Schultz (1973) – será sempre excludente, pois se fundamenta sob uma lógica de competição, onde até que um ganhe, todos perdem.



A desumanização do *outro* por meio do apagamento daquilo que nele há de humano e a transformação do sujeito em objeto de si mesmo significam o colapso de toda e qualquer solidariedade orgânica que poderia existir na vida em sociedade. A subjetividade que pensa como empresa – o *empresariamento de si* –, nada tem a fazer senão produzir mais, produzir sempre. Trata-se de agregar valor econômico capitalizando toda e qualquer destreza sob a forma de acúmulo de habilidades e competências que pode colocar o sujeito – que é levado ao seu limite – em uma posição mais privilegiada no mercado.

Sob estas condições, como verdadeiramente incluir se a meritocracia se impõe exatamente como fratura das condições de igualdade? Como incluir se a normalidade instituída é para muitos uma régua muito elevada? Do que os sujeitos em inclusão devem abrir mão, se despem ou devem deixar para trás? Incluir sob esta lógica é maximizar o bem-estar e a felicidade dos sujeitos ou produzir neles a exaustão normótica de uma sociedade patológica como a do capital? Como sair disso, como produzir outra realidade? São perguntas necessárias que acreditamos ser relevantes para uma reflexão por parte dos docentes porque estão alinhadas com a perspectiva crítica que está sendo proposta.

Nesse sentido, optou-se pela construção de um estado da arte para que, a partir dos trabalhos selecionados, possamos depreender algumas importantes notas que servirão de apoio ao professorado no momento em que o mesmo encara uma situação onde são necessárias intervenções pedagógicas relacionadas à *Inclusão*; ou simplesmente como elementos que possam servir de alerta para que os mesmos não abandonem-se à sua própria sorte ao cáírem, como bem coloca Marcos Villela Pereira (2008), em uma espécie de fundamentalismo pedagógico, onde os mesmos abrem mão da crítica e da reflexão para deixar que outros na escola pensem por eles, dizendo o que devem fazer.

Por fim, nossa intenção é fazer ver uma série de trabalhos que debatem a *Inclusão* sob outra perspectiva, não tão usual para muitos profissionais da educação que



tendem a romantizá-la. O contraponto é sempre válido para contribuir na ampliação de visões de mundo. Para tanto, decidimos organizar o presente artigo a partir desta *Introdução*, mas também de seções como *Um modo de fazer*, onde situamos sobre a operacionalização das etapas da construção do estado da arte; *Inclusão e crítica: um estado da arte*, momento em que apresentamos o estado da arte construído e; *Considerações finais: notas para a formação de professores*, quando finalizamos a discussão elencando importantes tópicos considerados por nós como essenciais para o debate sobre a *Inclusão* nas instituições escolares.

### **Um modo de fazer**

Para compreender como as reflexões acerca da inclusão vêm sendo produzidas na perspectiva biopolítica – mais especificamente tendo como referência a obra de Michel Foucault –, realizou-se uma revisão de literatura sob a forma de Estado da Arte, descrito por Morosini (2015) como um processo que envolve a identificação, registro e categorização de determinada produção científica – ou conjunto de produções – que permitem tanto uma síntese, quanto uma reflexão sobre o tema.

Para a coleta de dados foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando as plataformas acadêmicas *Google Acadêmico*, *Microsoft Academic* e *SciELO*, sendo utilizados como descritores os termos "Inclusão" + "Biopolítica" + "Foucault", considerando a produção acadêmica na forma de artigos compreendida entre os anos de 2010-2020. Foram encontrados neste período um total de 27 trabalhos no *Microsoft Academic*, seis no *Scielo* e 8.760 no *Google Acadêmico*. Nesse último, foram avaliados os 100 primeiros trabalhos. Após a leitura dos títulos de cada trabalho recuperado, foram selecionados, inicialmente, 34 artigos. Após a pré-análise e a leitura cautelosa dos resumos, 14 trabalhos foram selecionados para compor o Estado do Conhecimento.

As pesquisas sobre esta área demonstram se concentrar na região Sul do Brasil, em especial no estado do Rio Grande do Sul, considerando que oito autores atuam em instituições gaúchas – com destaque para a Universidade do Vale do Rio dos Sinos

(UNISINOS) e para a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – e sete atuam na região sudeste, sendo seis deles no estado de São Paulo e um em Minas Gerais.

### **Inclusão e crítica: um estado da arte**

Para abrir a discussão, o trabalho intitulado *Inclusão, exclusão, in/exclusão*, (VEIGA-NETO; LOPES 2011) faz uma reflexão sobre a crescente referência à *Inclusão* no âmbito das políticas públicas, considerando o período entre 1995 e 2011. Dessa forma, os autores propõem uma problematização acerca do uso da palavra *Inclusão* – seja ela social ou escolar – por esta apresentar-se “blindada” de críticas ao se consolidar como uma “alternativa capaz de resolver vários problemas educacionais, principalmente os que envolviam a participação da pessoa com deficiência na escola” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p.121). Ao longo dos anos, ao ser ampliado, passa a circunscrever todos que, historicamente, sofreram alguma discriminação e aqueles que vivem em situações precárias; sendo considerados socialmente vulneráveis.

Esse trabalho passa a questionar também o uso da palavra exclusão, ao considerar “o outro da inclusão”, levando a situações de “inclusão excludente” (*Ibidem*, p. 123). Ao proporem tal reflexão, os autores lançam mão do conceito de crítica compreendido por Foucault, como uma “forma de exercício do pensar histórico” forjadas nas práticas discursivas (*Ibidem*, p.124). Nesse contexto, passam a utilizar o termo in/exclusão, pois:

Grafar in/exclusão aponta para o fato de que as atuais formas de inclusão e de exclusão caracterizam um modo contemporâneo de operação que não opõe a inclusão à exclusão, mas as articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra e por meio do sujeito, de sua subjetividade (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p.124).

Por fim, percebem que a In/exclusão marca as peculiaridades de um estado neoliberal, que relaciona a presença de todos em um mesmo espaço e do convencimento de suas in/capacidades, que precisem ser reparadas. Tótorá (2011), em



seu artigo denominado *Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal*, propõe um olhar sobre a governamentalidade neoliberal e os dispositivos de inclusão da democracia participativa sob a perspectiva foucaultiana. Segunda a autora, percebe-se:

[...] um deslocamento da analítica dos dispositivos de poder de uma biopolítica da população [...] para um investimento em uma biopolítica (in)dividualizante com vistas a produzir um empresário de si mesmo, dotado de habilidades de inserção num mercado econômico competitivo (TÓTORA, 2011, p.82).

Nessa análise, dentre outros aspectos, a autora reconhece a liberdade como uma exigência da governamentalidade, “pois só se pode governar bem se algumas liberdades forem respeitadas” (Ibidem, p.87), liberdades estas que permitem o nascimento da polícia e das prisões como aparelhos de repressão, pois, com a governamentalidade da população, “o Estado faz crescer as suas forças ao mesmo tempo em que cria novos instrumentos para reprimir” (Ibidem).

O termo “liberal” é utilizado por Foucault para caracterizar um tipo de governamentalidade que é “consumidora de liberdade” (FOUCAULT, 2008b, p. 86 *apud* TÓTORA, 2011). Esse consumismo irá se desenvolver na produção e a multiplicação das empresas, que se espalham no corpo social, caracterizando o neoliberalismo. Nesse modelo, a vida de cada indivíduo e todas as suas relações constituem-se como empresas dentro de uma lógica econômica que produz um capital humano que passa a ser regido por uma lógica do mercado da oferta e procura, que cria, por consequência, a desigualdade e, assim, a exclusão.

Veiga-Neto e Lopes (2012) no trabalho *A inclusão como dominação do outro pelo mesmo*, analisam as políticas e práticas de inclusão e exclusão como dispositivos envolvidos com a biopolítica e a serviço de uma racionalidade neoliberal. Assim, também podemos traçar uma relação com o trabalho de Tótoro (2011) ao abordar o neoliberalismo como produtor da exclusão. Nesse artigo, os autores fazem uma trajetória de outros trabalhos já realizados pelo grupo de pesquisa e relata a dificuldade



em se ter acesso aos textos foucaultianos acerca das relações entre a governamentalidade neoliberal e a educação.

Os conceitos de normação e normalização são abordados em relação a racionalidade neoliberal e com o imperativo da inclusão, discutido anteriormente, reconhecendo que a identificação de determinados grupos só é possível devido ao fato de ambos partilharem atributos comuns, chamados de marcadores identitários. Os marcadores de um grupo acabam conflitando com outros na busca de determinar quais são os marcadores válidos, “normais”, o que desencadeia uma série de lutas por significação, e novamente, situações de exclusão. Assim, “percebe-se sempre um notável esforço no sentido de encaixar, o mais ajustadamente possível, todos os recém-chegados segundo determinados saberes, práticas, classificações e padrões estabelecidos por aqueles que já estavam aí” (VEIGA -NETO; LOPES, 2012, p.60). A consequência disso é que

Jamais os encaixes são bem ajustados; jamais os que já estavam aí conseguem efetivamente trazer para a sua morada os recém-chegados. Seja porque a morada daqueles que já estavam aí não é, de nenhuma maneira, única e homogênea ou, seja porque os processos educativos jamais são efetivos, o fato é que a educação nunca consegue repor, para todos os recém-chegados e de uma mesma maneira, tudo aquilo que já estava aí (VEIGA -NETO; LOPES, 2012, p.60).

Nesse contexto, a subjetividade fica alienada à determinados padrões, se tornando alvos do discurso político e da prática de governo, problematizado no artigo de Lopes e Dal'Igna (2012), intitulado *Subjetividade docente, inclusão e gênero*, na qual abordam como a subjetividade de docentes influencia as práticas de governo implicadas na produção de diferenças de gênero. No texto, as autoras reconhecem que os desejos, sentimentos e pensamentos individuais, relativos à vida pessoal e íntima, se tornam alvos das ações do governo, que passa a articular a disciplina com a norma e com o biopoder.



Novamente, a norma atua com o princípio de incluir o “anormal”, considerando índices de normalidade desejados para a população definidos pelo Estado, que, “além de investir em estatísticas para conhecer a população e seus comportamentos, convoca distintas instituições de sequestro dos indivíduos – em destaque, no contexto desta reflexão, a escola – para educar e corrigir as anormalidades” (LOPES; DAL'IGNA, 2012, p. 856). Assim, o indivíduo se torna sujeito ao Estado e a si mesmo, por meio de práticas de subjetivação, a qual as autoras associam com o *adestramento de si*, para conviver com o outro. Nesse sentido explora-se o conceito de gênero como “um elemento organizador desses processos de subjetivação, por meio dos quais os indivíduos aprendem a relacionar-se consigo mesmo e com os outros” (Ibidem, p.860) e, a partir disso, é possível reconhecer como ele atua na organização das subjetividades docentes e se constitui como parte determinante do desempenho e da inclusão escolar na Contemporaneidade.

A temática abordada por Lopes e Dal'Igna (2012) é retomada por Lopes e Rech (2013) no artigo denominado *Inclusão, biopolítica e educação*, onde as autoras problematizam a inclusão educacional como uma questão social e econômica, ao passo que, por se caracterizam como práticas biopolíticas, tendem a promover a normalização das condições de vida, e devem ser estudadas a fundo por meio das políticas públicas de inclusão escolar. Na mesma linha de Veiga-Neto e Lopes (2011), as autoras realizam uma crítica embasada em Foucault, abordando a inclusão “no sentido de pensá-la como possível mobilizadora de movimentos de contraconduta”, permitindo “traçar outros caminhos para a condução política e administrativa da população” (LOPES; REICH, 2013, p. 211), que acolham as diferenças.

Nesse contexto, a inclusão se torna alvo de ação do Estado, que estabeleceu uma forma produtiva e econômica de cuidado da população e de cada indivíduo, exercendo, assim, controle sobre eles. As políticas de inclusão governamental, ao garantir condições mínimas de vida, de consumo e da educação, fazem com que esses indivíduos vivam à sombra da exclusão, em uma situação em que “a exclusão é politicamente correta, ou



seja, branda mas perversa, pois está imbricada na inclusão” (LOPES; REICH, 2013, p. 212). Esse poder sobre a população, pouco a pouco, se organizou principalmente de duas maneiras, que se relacionam entre si: “ele opera no indivíduo (poder disciplinar) e, logo em seguida, também sobre a população (biopoder). No âmbito das disciplinas, o alvo é o corpo do indivíduo; no âmbito da biopolítica, o alvo é a população [...]” (LOPES; REICH, 2013, p. 212).

Essa inclusão excludente determinam a normalidade de cada grupo e destaca a importância de se definir uma norma e obter uma sociedade normalizadora. A inclusão se demonstra como uma alternativa econômica viável para o Estado efetivar os processos de normação e de normalização, por meio de programas sociais que criam práticas assistencialista, modificando os índices de exclusão. Neste processo inclusivo, aos moldes capitalistas, os sujeitos são capacitados para atuar no mercado e perpetuar a lógica neoliberal, pois “na tentativa de igualar as condições de participação dos sujeitos, o país cada vez mais se inscreve em uma lógica capitalista e em uma racionalidade (neo)liberal” (LOPES; REICH, 2013, p. 214).

Nessa lógica, os sujeitos passam a ser considerado legalmente iguais, mesmo pertencendo a condições desiguais de concorrência e competição, perpetuando a desigualdade, pois o objetivo final do Estado neoliberal é criar condições econômicas para o funcionamento do consumo e do mercado. Lopes, Lockmann e Hattge (2013) continuam essa discussão acerca das concepções sobre inclusão nos Estados Modernos, analisando as políticas públicas de inclusão e seus efeitos na vida da população no artigo *Políticas de Estado e Inclusão*. Nesse sentido, o Estado e o mercado operam sobre os limites do indivíduo, “entendendo-o como unidade de potência da Nação”, considerando as “capacidades individuais como potência e alvo da educação nacional” (Ibidem, p.43).

O uso da palavra exclusão, de forma deliberada e indiscriminada, acarreta seu enfraquecimento político, onde um número crescente de pessoas não consegue usufruir de seus direitos e não se enquadram na noção de cidadania, não sendo alvos dos



programas de inclusão do Estado, explicitando o “caráter excludente da invenção da inclusão” (Ibidem, p.44). Nesse sentido, novamente, a inclusão atua como um imperativo neoliberal a serviço do mercado, onde a “educação, através do desenvolvimento de habilidades e competências promovidas pela escola, passa a ser vista como uma estratégia de investimento em capital humano” (Ibidem, p.47).

Essas estruturas de disciplinamento dos corpos e regulação dos comportamentos por parte do Estado, com o objetivo de inclui-los no regime de produção da sociedade capitalista, foi abordada por Wermuth e Fornasier (2015), no artigo *Da arquitetura da inclusão (sociedade disciplinar) à engenharia da exclusão (biopolítica): uma análise a partir da arqueologia/genealogia do poder em Michel Foucault* onde buscaram discutir o conceito de poder disciplinar e de biopolítica no campo da organização do espaço urbano, visto que “a sociedade da biopolítica promove, por meio da engenharia, a exclusão das massas que se transformam em excedente e, reflexamente, em inconveniente social” (WERMUTH; FORNASIER, 2015, p. 202).

Com o intuito de tornar a sociedade mais produtiva, dentro dessa lógica capitalista neoliberal, os autores desenvolvem uma reflexão sobre a arquitetura e o urbanismo, considerando suas funções no estabelecimento de técnicas de governo e do controle dos corpos, para “permitir uma vida familiar decente e moral” (Ibidem, p. 207), considerando que os corpos são o grande investimento da sociedade capitalista dentro de uma realidade biopolítica. Para os autores, a arquitetura assume uma posição central nas formas de controle da saúde e no corpo das classes pauperizadas “para torná-las/deixá-las aptas ao trabalho e, em razão disso, não apresentarem tantos perigos para as classes mais ricas” (Ibidem, p. 211). A inclusão aqui, por meio da arquitetura, assume o papel de proteção dos corretos, normais, e correção dos anormais, por meio de uma vigília constante de seus atos.

O artigo de Pagni (2015) intitulado *Diferença, subjetivação e educação: um olhar outro sobre a inclusão escolar*, aborda os enunciados presentes no discurso da inclusão, a fim de problematizá-los por meio do pensamento de Foucault. Como não poderia ser



diferente, Pagni, ao abordar a inclusão neoliberal, reconhece-a como uma forma de “aprimorar e conservar o capital humano; de formá-lo, cercando-o de cuidados psicológicos, pedagógicos e médicos, para que desempenhe efetivamente uma função econômica”. Dessa forma, as práticas ditas inclusivas das políticas públicas acabam por valorizar as diferenças de modo a favorecer inovações e ampliar o empreendimento de si e, assim, a mobilidade do mercado. Assim, Pagni (2015, p.93) afirma que

a formação desse capital humano torna-se um produto a ser oferecido e a concorrer no mercado com outros capitais humanos, produzindo satisfação pessoal no sujeito econômico, que passa a ser julgado por si e por outrem em razão de sua eficiência, de seu desempenho e de sua performatividade, ou seja, por medidas ou por regras supostamente iguais para todos, mas que instauram um jogo em que somente alguns se sobressaem em função de seus esforços, interesses, capacidades e, principalmente, competências.

É nesse sentido que o autor problematiza a inclusão escolar dentro dessa racionalidade de produção de sujeitos econômicos, consumidores e empreendedores de si, procurando sempre manter a roda do capitalismo girando. A discussão levantada pelo autor não cessa nesse artigo, e em 2017 o autor produziu duas reflexões, uma intitulada *Da exclusão a um modelo identitário de inclusão: a deficiência como paradigma biopolítico* (PAGNI, 2017a), na qual retoma a questão da inclusão como um preparativo para exercer uma função social para o mercado, e outra que aborda *A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical* (PAGNI, 2017b), onde reflete sobre o discurso da inclusão na relação com a deficiência nos contextos educacionais.

No primeiro trabalho, Pagni (2017a) começa afirmando que “o deficiente tem sido objeto de exclusão no ambiente escolar” devido a argumentos históricos que afirmavam que a deficiência “escaparia aos propósitos disciplinares da escola e, ao ser classificado como anormal, deveria ser destinado ao governo de outra instituição que, se não o corrigisse, o privaria da vida social”. Atualmente, esse discurso se deslocou no



sentido de incluir o deficiente nos dispositivos e instituições para “prepará-los ao exercício de uma função social ou no mercado de trabalho” (PAGNI, 2017a, p.170), adaptando-os às normas e tornando-os mais produtivos e integrados às redes de consumo, representando formas de dominação do Estado.

O autor questiona o uso do termo deficiente que os define como portadores de alguma doença a ser tratada, e sugere percebê-los como indivíduos com um desenvolvimento diferente dos demais, seja ele abaixo ou acima da norma. Essa norma seria definida pela “média das capacidades e das oportunidades da maioria dos indivíduos de uma determinada sociedade” e a deficiência seria “uma espécie de inadaptação à vida social [...] pois teriam dificuldades mais ou menos grandes para ser e atuar como os demais integrantes da população” (Ibidem, p.174). Nesse contexto, o Estado fornece condições de superação das deficiências e de igualdade por meio de políticas de inclusão, que apagam a diferença ao tratar todos como iguais, no que o autor chama de “a deficiência entre sombras e luzes da diferença”.

Em vista disso, Pagni (2017b) questiona a eficiência das tecnologias e procedimentos de inclusão, bem como a própria formação docente que deveria dar conta da diversidade ética emergente e aceitar as diferenças e a deficiência como algo produtivo, fora do contexto de identidade e racionalidade homogeneizadora. Nesse ponto, o autor questiona a função dos dispositivos de inclusão escolar que tentam atenuar as diferenças ao integrá-los nos discursos de normalidade, fazendo com que a norma assuma uma função (bio)política de exercício do (bio)poder. Segundo o autor,

É nesse contexto global que as práticas ditas inclusivas aparecem no âmbito da ação política pública, com vistas a garantir o direito das minorias, sob o influxo de movimentos sociais que empreenderam muitas vezes dentro de uma lógica identitária e, lamentavelmente, de uma economia do capital humano que procura valorizar as diferenças naquilo que pode favorecer as inovações, a eficiência no empreendimento de si e, enfim, favorecer a mobilidade do mercado. (PAGNI, 2017b, p.265)



Recentemente, Pagni (2019) analisa os problemas decorrentes da elaboração, implantação e dos reflexos do Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) no trabalho intitulado *Dez Anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica*, retomando os temas trabalhados anteriormente. O PNEEPEI se constituiu como um marco importante pois permitiu a inclusão dos deficientes em todos os níveis de ensino e a formação de professores para atuarem nas escolas comuns com atendimento especializado, mas o autor reconhece que ainda se tem muito a fazer. Com isso

as pessoas deficientes se tornaram presentes na escola regular, fazendo seus corpos e formas comuns de vida circularem pelos espaços e tempos dessa instituição, produzindo uma série fortuita de encontros com os seus demais atores e um aprendizado ético que extrapola as formas de governamentalidade aí instaurada (PAGNI, 2019, p.7).

A perspectiva da inclusão adotada pela Educação Especial, nesse sentido, atua como um dispositivo de in/exclusão, já abordado por Veiga-Neto e Lopes (2011), pois ao mesmo tempo em que incluem, “excluí certas particularidades do incluído, para adaptá-lo a tal demanda” (PAGNI, 2019, p. 7), onde a pessoa com deficiência é inserida em uma fratura fundamental da biopolítica que faz com que ela se alinhe ao mercado neoliberal. Com isso, o que o autor explicita é que qualquer adesão à uma perspectiva inclusiva deve levar em consideração as relações de poder que se aplicam na sociedade e na escola. Nessas relações de poder, as tecnologias de biopoder avaliam quais vidas valem mais e são dignas de serem vividas, e quais não tem valor e sequer merecem viver.

Atualmente, Pagni (2019) reconhece um crescente discurso de ódio contra tudo o que foge a norma para assegurar uma vida normalizada dentro dos parâmetros atuais da biopolítica, potencializando os estados de dominação e de violência contra as diferenças. Dentro do contexto da análise da inclusão escolar na perspectiva da biopolítica proposto por Pagni, os autores Ranzatti (2019) e Begalli e Silveira (2019) produziram artigos que problematizam essas questões, avaliando as *Contribuições da*



*filosofia de Foucault para a compreensão dos discursos e práticas de inclusão escolar* (RANZATTI, 2019) e *A inclusão da pessoa com deficiência na educação brasileira: uma visão biopolítica* (BEGALLI; SILVEIRA, 2019).

Ranzatti (2019, p.98) afirma que:

Na perspectiva de objetivar o sujeito, a legislação pode ser considerada como um dos dispositivos da arte de governar neoliberal, pois, como instrumento, impõe que haja a formalização dos discursos. Mesmo que a legislação caminhe para a possibilidade de inclusão, existem discursos que se efetivam para extirpar o sujeito do contexto geral. Porém, para se firmar, a arte de governar neoliberal implica que o próprio sujeito da educação especial se torne visível, o que produz, simultaneamente, a inclusão e a exclusão

Com essa reflexão, a autora considera a gênese da história da educação inclusiva “a partir do aspecto dos processos de objetivação e subjetivação nos discursos individuais e coletivos e no nexos social, no qual o sujeito é o alvo e está intrinsecamente relacionado com o poder” (RANZATTI, 2019, p.99). A governamentalidade, nesse contexto, surge para tornar os indivíduos dóceis e úteis, controlando-os pela dependência ao estado, por meio do biopoder. Com as políticas de inclusão escolar, o Estado é capaz de preservar o indivíduo e capacitá-lo para “a obtenção de um posto de trabalho, aumentando a renda e estimulando o consumo” (BEGALLI; SILVEIRA, 2019, p. 7), fomentando assim, a economia. Para os autores “a inclusão não é contrária ao sistema capitalista; pelo contrário, ela serve de incentivo para este” (Ibidem).

Begalli e Silveira (2019) retomam a PNEEPEI, abordada por Pagni (2019), e apontam que, para que ocorra a inclusão efetiva, o simples acesso à escola não apaga a sombra do esquecimento de milhões de pessoas que passam por situações de exclusão diariamente. Por isso problematiza-se o papel das políticas de inclusão no contexto da biopolítica, pois “quando se fala em acessibilidade, deve-se considerar um movimento amplo, em que se rompem inúmeras barreiras, que não dizem respeito somente a empecilhos arquitetônicos, mas também à superação da intolerância” (BEGALLI; SILVEIRA, 2019, p. 12).



O trabalho mais recente recuperado foi o artigo de Carvalho e Gallo (2020), intitulado *Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva*, que discorre sobre os processos de inclusão na política educacional brasileira pela visão foucaultiana de Biopolítica. Os autores relacionam os discursos de ódio crescentes que visam “combater as experiências e as teorias educativas voltadas para as diferenças e as políticas afirmativas de inclusão social” com o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 2016, considerando que, após esse período, houve uma redução brusca dos recursos econômicos destinados à educação, em face da perspectiva neoliberal de controle de gastos e custos para a educação (CARVALHO; GALLO, 2020, p.147). Com o novo governo iniciado em 2019, houve a imediata extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), demonstrando todo o poder do Estado ao decidir quem deve e quem não deve ser incluído, por meio de técnicas de dominação, instaurando uma forma de governo que deseja a aniquilação do *outro*.

Estes corpos anormais são excluídos da escola por meio de uma série de estratégias biopolíticas de exclusão da vida. O contrário disso é a afirmação das diferenças, “de modo a serem acolhidas no processo democrático da participação cidadã, tendo seus direitos consolidados” (CARVALHO; GALLO, 2020, p.153). Os autores abordam “um novo tipo de racismo, por sua vez útil à própria governamentalidade neoliberal” (Ibidem, p.157), onde o que é levado em consideração não é a raça como um elemento de identidade étnica, cultural ou grupal, mas sim a ameaça que isso representa à máquina neoliberal, ao impor obstáculos “na realização da maximização dos lucros, de um lado, e na garantia mínima da unidade-empresa individual de sobrevivência, do outro” (Ibidem). Nesse novo tipo de racismo, emerge um tipo peculiar de tecnologia política de governo – o capitalismo dos corpos racializados. Sobre esse tema, os autores afirmam:

O corpo do deficiente, o corpo da singularidade, o corpo da atipia  
normativo-eficiente, o corpo indigesto ao sistema, o corpo



ingovernável, todos assinalam para uma espécie de antecedente criminal ao sistema: de saída, seus corpos são ineficientes como capital humano. Impedir ou dificultar a inclusão de tais corpos na escola é estratégia biopolítica de exclusão da vida, por ajuntamento das tecnologias do biopoder, que tipifica o ineficiente, lançando-o fora de qualquer condição existencial (CARVALHO; GALLO, 2020, p.157).

Com base nessas considerações, os corpos *anormais* representam aqueles destituídos de – ou por algum motivo impedidos de acumular – destrezas. Trata-se da subjetividade interdita ou resistente à construção de habilidades e competências que demarcam um modo de atuação performativo adequado às premissas exigidas pela lógica estatal neoliberal. Estas contracondutas passam a ser culpabilizadas por sua própria condição, o que justificaria o estado de exclusão em que se encontram.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Todas as reflexões apresentadas são um recorte dos trabalhos que transpassam o tema da *Inclusão* e da biopolítica sob uma perspectiva crítica, mas não representam a totalidade de trabalhos produzidos no interior deste campo e, tampouco, encerram quaisquer discussões. Porém, foram consideradas por nós, como amostragem suficiente para compreendermos a problematização da *Inclusão* no Brasil entre os anos de 2011 e 2020.

A *Inclusão* como *prática biopolítica* constitui-se como relevante para o campo da formação dos professores, pois permite um olhar crítico sobre as ações educativas – ditas inclusivas –, postas em prática diariamente, a partir dos estudos foucaultianos, abrindo um leque de possibilidades em relação à (des/re)construção de conceitos com status de verdade absoluta. A crítica, assim, representa o desconforto do questionamento às relações de poder-saber pré-estabelecidas e enraizadas na sociedade. Como contraconduta, interroga a verdade e nos permite ressignificar atitudes defasadas – neste caso, relacionadas à *Inclusão* – permitindo a construção de novas/outras realidades evidenciadas por outros enunciados discursivos possíveis. Logo, o trabalho com a *Inclusão* no contexto biopolítico é um meio de sensibilizar educadores



e a sociedade em geral para o sucateamento da educação brasileira que, na atual conjuntura, tem acelerado seu retrocesso. Nesse contexto entendemos que algumas notas à formação dos docentes podem contribuir a partir do estado da arte construído neste trabalho.

Considerando que a ideia de uma educação homogênea e normalizadora dos corpos dificulta a percepção da diferença – que deve ser naturalizada no ambiente coletivo –, o primeiro ponto a ser considerado, trata-se de um passo fundamental rumo à *educação inclusiva* e diz respeito ao reconhecimento da diversidade por parte do docente e da escola – leia-se do currículo –, valorizando cada estudante como uma subjetividade singular, respeitada no interior dos processos pedagógicos. O singular aqui, ao mesmo tempo que se refere a unicidade, também se refere à produção da singularidade como prática de resistência dos sujeitos.

Outro ponto importante à percepção dos docentes versa sobre o reconhecimento da *Inclusão* como um potente dispositivo de *governamento* que atua em favor da racionalidade neoliberal; regida pelo mercado por meio da lógica da oferta e da procura, que propulsiona exclusão e desigualdade. Cabe ao professor compreender que esta realidade é mote para a escolha de estratégias adequadas de ensino e de aprendizagem não para mantê-la, mas para transformá-la, oferecendo esperança a todos e, não, para poucos.

Ainda, os docentes devem atentar não apenas para os conteúdos curriculares, mas para aqueles negligenciados pelo próprio currículo – caso sirvam para a reflexão necessária à produção de consciência. Considerando que o currículo como dispositivo biopolítico articula o discursivo e o não discursivo – falas e silêncios – é sempre importante compreender o real motivo do silenciamento de determinados temas, conteúdos e saberes. Assim, por aqueles que exijam mais reflexão em detrimento da técnica é uma importante decisão por parte do docente para que os estudantes não sejam reduzidos à mera mão-de-obra a ser capacitada, mas pelo contrário, que possam refletir sobre a própria técnica, aprimorando-a. Não deve ser esquecido que a



marginalização do exercício intelectual em sala de aula, reforça este posicionamento na sociedade como característica do *microfascismo* que também incorpora-se à racionalidade neoliberal e, portanto, à sua governamentalidade: de um fascismo como forma de vida (FOUCAULT, 1977 apud DELEUZE; GUATTARI, 1977).

Por fim, a mudança na postura dos professores como nota à formação docente deve, ainda, incluir uma agenda pedagógica que leve em consideração a desigualdade social. Urge que discussões à ela relacionadas, associadas aos conteúdos formais, possam ser realizados desde a educação básica. Assim, é preciso colocar a aprendizagem a serviço da produção de um futuro menos desigual entre todos. Isso só será possível com o incremento do capital cultural docente, o que naturalmente os conduzirá a uma atuação interdisciplinar, expandindo não apenas a sua visão de mundo, mas a de seus estudantes: essencial ao cosmopolitismo intrínseco e necessário à Inclusão.

Compreende-se o cosmopolita como o sujeito que transcende barreiras geopolíticas. Nesse sentido, não há espaço para a ortodoxia quando o que se deseja é o (re)pensar de *práticas inclusivas* que liberem a *Inclusão* de toda e qualquer racionalidade que advogue em favor de preconceitos locais ou condições desiguais como promessa de liberdade tanto para a subjetividade incluída, quanto para a que inclui. Não há liberdade sem igualdade e, tampouco, sem *Inclusão*.

Apostar na racionalidade neoliberal sob a lógica competitiva do *empresariamento de si* é desprezar toda e qualquer possibilidade de humanização dos processos inclusivos. Uma vez refém destes discursos, professores passam a consumir um falso ideal de liberdade que lhes é apresentado como tendência, passando a oferecê-lo como experiência a seus estudantes na escola. A percepção de que são as causas da exclusão – *a priori* – que determinam estratégias de *Inclusão*, é que permitirá aos mesmos a compreensão de que a cultura da liberdade no neoliberalismo não é outra, senão a econômica; responsável por uma educação como veículo de (des)informação em relação à *Inclusão*, reduzindo a importância de ações pedagógicas inclusivas.



---

REFERÊNCIAS

- BEGALLI, Ana Silvia Marcatto; SILVEIRA, Carlos Roberto da. A inclusão da pessoa com deficiência na educação brasileira: uma visão biopolítica. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v.1, n. 19, 2019. Disponível em: <https://www.fdsm.edu.br/conteudo/artigos/7a1ff2d6cf1fdde7219c0c9ef91725cd.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, v. 16, n. 1, p. 146-160, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/52688/34300>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. **Revista IHU Online**. 25 jul. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval> Acesso em: 5 dez. 2020.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie**, v. 82, n. 2, pp. 35-63, avr.-juin 1990.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discours de la servitude volontaire**. Paris: Flammarion, 2015.
- LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Subjetividade docente, inclusão e gênero. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, pp. 851-867, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87324602011.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- LOPES, Maura Corcini; LOCKMANN, Kamila; HATTGE, Morgana Domênica. Políticas de Estado e Inclusão. **Pedagogia y Saberes**, n. 38, pp. 41-50, 2013. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/2136/2029>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**, v. 36, n. 2, p. 210-219, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12942/0>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- MOROSINI, Marília. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, v. 40, n.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 05 dez. 2020



PAGNI, Pedro Angelo. A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: Uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 68, pp. 255- 272, 2017a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n68/1413-2478-rbedu-22-68-0255.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PAGNI, Pedro Angelo. Da exclusão a um modelo identitário de inclusão: a deficiência como paradigma biopolítico. **childhood & philosophy**, v. 13, n. 26, pp. 167-188, 2017b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5804083>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PAGNI, Pedro Angelo. Dez Anos da PNEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, 2019.

PAGNI, Pedro Angelo. Diferença, subjetivação e educação: um olhar outro sobre a inclusão escolar. **Pro-Posições**, v. 26, n. 1, pp. 87-103, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v26n1/0103-7307-pp-26-01-0087.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

RANZATTI, Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti. Contribuições da filosofia de Foucault para a compreensão dos discursos e práticas de inclusão escolar. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 4, n. 7, pp. 92-111, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/reed/article/download/26521/18230>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PEREIRA, Marcos Villela. Traços de fundamentalismo pedagógico na formação de professores. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 47, n. 5, p. 1-13, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/2157Villela.pdf> Acesso em: 02 dez. 2020.

SCHULTZ, Theodore. **Capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TÓTORA, Silvana. Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal. **REU**, v. 37, n. 2, pp. 81-100, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/646/629>. Acesso em: 05 dez. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. A inclusão como dominação do outro pelo mesmo. **Pedagogía y Saberes**, n. 36, pp. 57 – 68, 2012. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/1806/1776>. Acesso em: 05 dez. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, v.20, pp. 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/11118>. Acesso em: 05 dez. 2020.



WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; FORNASIER, Mateus de Oliveira. Da arquitetura da inclusão (sociedade disciplinar) à engenharia da exclusão (biopolítica): uma análise a partir da arqueologia/genealogia do poder em Michel Foucault. **Filosofia do direito II**, v.1, pp. 202-227, 2015. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/filosofiadireito/article/view/951/946>. Acesso em: 05 dez. 2020.